

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2008.
(Do Senhor Marcelo Serafim)

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, acerca do número de pessoas portadoras de deficiência física empregadas nas empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus-PIM.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações ao Ministro da Previdência Social nos seguintes termos:

1 – Qual o número de pessoas portadoras de deficiência física empregadas nas empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus-PIM?

JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento das políticas de valorização e inclusão social das pessoas com deficiência são extremamente importantes.

Essas políticas estão embasadas em um arcabouço jurídico que inclui, além da Lei nº 8.213/91, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro

de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, e a sua regulamentação, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

O Brasil ainda é signatário das Convenções nºs 111 e 159 e das Recomendações nºs 99, 111, 150 e 168 todas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas, de 2006, entre outras normas internacionais.

Visando o controle da efetividade do cumprimento do art.º 93 da Lei nº 8.213/91, o § 2º desse dispositivo estabelece que: “*O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.*”, é que solicitamos as informações acima descritas.

Vale ressaltar que em data posterior à Lei nº 8.213/91, o mencionado Ministério do Trabalho e da Previdência Social foi desmembrado, sendo criados os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, gerando, com isso, uma dúvida sobre o órgão responsável pela elaboração das estatísticas. Esse é o motivo pelo qual estamos encaminhando um requerimento de informações com o mesmo teor a ambos os ministérios.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado Marcelo Serafim
PSB/AM